

ANC p1

Relação tensa entre Planalto e Constituinte

2^a FEV 1989

GAZETA MERCANTIL

por Mariângela Hamu
de Brasília

Ao fazer críticas aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, no programa "Conversa ao pé do rádio", que foi ao ar na última sexta-feira, o presidente José Sarney inaugurou uma fase especialmente delicada nas relações entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Esta foi a opinião quase unânime colhida entre políticos — tanto próximos quanto distantes das posições do Palácio do Planalto —, preocupados com o tom das palavras do presidente da República.

Entendem eles que Sarney sublinhou com tintas excepcionalmente fortes sua decisão de lutar pelo que acredita ser a melhor Constituição para o Brasil e pelo que considera seus direitos, "até as últimas conseqüências", como afirmou na tarde de sexta-feira, segundo relato do deputado Roberto Cardoso Alves, que com ele esteve, ao repórter Edson Beú, em Brasília. A questão que permeia a crise é a possibili-

dade de redução de seu mandato, pela Constituinte, para quatro anos, encerrando-se em março de 1989.

O presidente aceitou, no último momento, a sugestão de um colaborador para que fosse suprimida do texto originalmente escrito para seu programa radiofônico a expressão "golpe institucional", mas manteve o tom de cobrança, advertência e denúncia, que seus assessores mais próximos o aconselharam a adotar desde que os serviços de informação do próprio governo detectaram uma tendência pela aprovação do mandato presidencial de quatro anos, pela Constituinte.

"Infelizmente eu sou obrigado a fazer ao País mais uma grave advertência em favor da transição democrática", afirmou.

Sarney, ao longo de sua fala à Nação, lembrou que os poderes da República devem ser "harmônicos". "A democracia vive dessa harmonia dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Quem deseja quebrar esta harmonia, quer

quebrar a Constituição, quer implantar a confrontação e abalar os princípios da ordem jurídica. E fazem isso acobertados na imunidade parlamentar. Usam a lei para negar a lei. Esse fato é inédito na História do Brasil", disse ele.

Alguns políticos lembraram que a decisão do presidente de solicitar ao Senado uma "certidão do termo de posse do vice-presidente da República, José Sarney", pode fazer parte de uma tática presidencial: levar ao Supremo Tribunal Federal (STF) a tese da manutenção do mandato de seis anos, tal como prevê a atual Constituição.

O documento, segundo o ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, foi pedido pelo presidente ao Congresso com a intenção de compor um arquivo pessoal, o que não impede, entretanto, que venha a ter outros usos. No Rio, onde participava de uma reunião do Alto Comando do Exército, o general Leônidas Pires não apenas voltou a condenar a realização de eleições presidenciais neste ano como também insistiu na defesa de seis anos de mandato para o presidente Sarney.

O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, percebeu a delicadeza da situação e reagiu com moderação ao pronunciamento do presidente. Ulysses questionou o poder do STF em relação à soberania da Constituinte. Outros, como o senador do PMDB paulista, Fernando Henrique Cardoso, foram mais rigorosos: "Nós todos achamos que a crise é grave, pois aponta para o rumo da colisão entre o governo e a Constituinte".

Para o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) o risco de crise "não é rota de colisão. É uma colisão entre os poderes. Existe, hoje, um conflito criado entre a Constituinte e o Poder Executivo", disse ele à editora Ana Cristina Magalhães.

Na sexta-feira, o plenário da Constituinte decidiu voltar atrás e suprimir do texto da futura Carta a definição que havia introduzido sobre o agenciamento de mão-de-obra temporária, que restringia a contratação de "bóias-frias".

(Ver páginas 6, 7 e 8)